

“Precisamos encontrar novas fórmulas de solução de conflito que não seja recorrer à Justiça”

“O mensalão é um julgamento complexo, mas será analisado no tempo adequado”

“Os próprios partidos poderiam fazer uma seleção mais rigorosa dos seus candidatos”

## Entrevista: Gilmar Mendes

# “A reação ao CNJ foi causada por um certo corporativismo do Judiciário”

RAFAEL PAIXÃO

rpaixao@hojeemdia.com.br

BRASÍLIA - Considerado um dos ministros mais brilhantes do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes não foge da polêmica. Mandou soltar duas vezes o banqueiro Daniel Dantas, é um dos críticos mais vorazes da Lei da Ficha Limpa e protagonizou uma discussão pública com o colega Joaquim Barbosa em pleno plenário da Corte. Em entrevista exclusiva ao **Hoje em Dia**, Mendes defende com veemência o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), inclusive a investigação de denúncias contra magistrados. Recentemente, o STF negou ação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) que queria limitar essa prerrogativa do órgão. Ele também garante que o mensalão será julgado até o ano que vem.

**Com a última decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ficou esclarecido o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)?**

Sim. Agora há uma clareza básica quanto a essas atividades. Agora não há mais dúvida jurídica, o que sempre causa insegurança. Talvez a causa dessas ações seja um certo corporativismo no Judiciário, uma certa incompreensão em relação às atividades do CNJ. Um dos objetivos do CNJ é fazer a apuração disciplinar quando necessário. Mas tenho ressaltado que talvez a função principal do CNJ, ainda não percebida, até porque é menos sonora, é a de planejamento, organização e articulação do Judiciário como um todo, com fixação de metas, atendimento dos processos atrasados, melhoria da condição de trabalho dos juízes. Isso tem ficado em segundo plano, com a prevalência desse debate sobre a ação disciplinar.

**O CNJ tem contribuído para resolver o problema da lentidão da Justiça?**

A Meta 2, que prevê o julgamento de todos os processos que entraram na Justiça até 2005, é uma das dez metas aprovadas por todos os presidentes do tribunais, que inclui o processo eletrônico, a informatização do Judiciário e a criação de órgãos de controle interno em todos os tribunais. Descobrimos que havia processos atrasadíssimos e identificamos problemas estruturais. Por que não se julga? Um exemplo é que às vezes o Estado não tem um laboratório para fazer o exame do DNA. Isso acaba orientando o Poder Público a tomar medidas. É claro que há outros trabalhos que precisamos realizar. O Brasil tem uma alta índice de judicialização. Quando se fala que tramitam no país algo em torno de 80 milhões de processos, a gente fica assustado. Isso significa que um em cada três brasileiros tem uma demanda na Justiça. Será que não podemos fazer alguma coisa para diminuir essa estatística? Será que algumas causas, por exemplo, não poderiam ficar no Procon e não ter desdobramentos na Justiça? Será que alguns setores não exageraram na recalcitrância? Precisamos encontrar novas fórmulas de solução de conflito que não seja recorrer à Justiça.

**Qual é o principal gargalo do Judiciário brasileiro?**

Temos excelentes recursos humanos e a seleção dos juízes é muito boa. Cada Estado tem problemas específicos. Um problema sério é o excesso de judicialização. Também há um problema de gestão e o CNJ tem tentado melhorar isso. Uma deformação é o tribunal se privilegiar em detrimento das varas iniciais. Em inspeções realizadas pelo CNJ, encontraram-se, por

exemplo, 30 servidores à disposição de um desembargador e, no mesmo estado, juízes sem nenhum servidor. Temos um problema relativo à autonomia financeira, que acaba às vezes sendo apenas no papel. O Judiciário e o CNJ têm tentado criar um modelo de apropriação das custas e dos emolumentos, como manda a Constituição, para que isso componha o Fundo de Aparentamento e Modernização da Judiciário.

**O maior processo do STF é o do mensalão. O senhor acredita que ele pode prescrever, como já disse o ministro Ricardo Lewandowski?**

Acredito que isso não vai ocorrer. O STF deve julgar ainda no final deste ano ou no primeiro semestre de 2013. É um julgamento complexo, com múltiplas delicadezas, mas acredito que será analisado no tempo adequado.

**O STF é o melhor foro para investigar casos de corrupção?**

Esse é um debate interminável. Melhoramos muito as condições para isso, como a priorização do julgamento de processos criminais e a convocação de juízes para ajudar nos processos. Temos conselhos julgados alguns processos criminais importantes. Até então não tínhamos tido condenações, até pelas mudanças que ocorrem na vida política. Se o deputado investigado deixa a Câmara, por exemplo, o processo volta para a Justiça de 1º grau. Essa escolha do foro é uma decisão política. Talvez não tivéssemos na época da Assembleia Constituinte a maturidade para passar esses processos para a Justiça de 1º grau. É evidente que o STF não tem condições de se dedicar exclusivamente aos processos criminais. Não é para isso que ele foi concebido. Nos últimos

IVALDO CAVALCANTE



anos têm se acumulado denúncias contra prefeitos e governadores que agora são deputados ou senadores. Aí passamos a ter um acúmulo de inquéritos. Isso se tornou um problema sério.

**O STF irá julgar mais uma vez a Lei da Ficha Limpa. Será uma decisão definitiva?**

Sim. O STF dará um posicionamento definitivo. Sabemos que o projeto surgiu do fato de a Justiça muitas vezes não conse-

guir concluir em tempo adequado os processos contra políticos. Então buscou-se esse atalho. Mas é evidente que poderemos ter sérios problemas. É possível que o sujeito seja considerado inelegível e, no curso do processo, um tribunal superior anule a condenação. Também podemos ter pressão sobre os tribunais para que se decida num ou noutro sentido.

**Mas o senhor não considera que a Ficha Limpa vá**

**melhorar a qualidade da representação política?**

Há várias formas de fazer isso. Os próprios partidos poderiam fazer uma seleção mais rigorosa dos seus candidatos. Também poderíamos melhorar a Justiça criminal para acelerar os processos que envolvam denúncias de corrupção para acabar com a sensação de impunidade, até como uma política de segurança pública.

## MÁRCIO FAGUNDES

E-mail: mfgundes@hojeemdia.com.br

“Ponha um homem na prisão por causa de suas ideias, e terá um mártir.

Execute-o, e terá um santo. Ria dele, e terá feito um bobo”, Albert Guinon



## Cabo de guerra

Minas Gerais, por meio da Assembleia Legislativa, amplia amanhã o debate sobre a necessidade de renegociação da dívida pública. Para isso, convidou representantes do Legislativo de vários estados, no que fez muito bem, pois em casa que falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão. Portanto, melhor afinar o discurso, pois do outro lado da linha está a União que, grosseiramente, não abre mão de um tostão em seu orçamento. Minas paga cerca de R\$ 4 bilhões de juros de sua dívida ao ano. O dinheiro vai direto para o exterior, como explicou a presidente Sindicato dos Auditores de MG, Maria Aparecida Meloni. O que agrava ainda mais a situação, pois impossibilita, por exemplo, um encontro de contas. A União em vez de receber esta fortuna poderia deixá-la aqui para conserto, manutenção de duplicação de suas rodovias, mas não é o caso.

## Calote, nunca

Não é fácil tratar do assunto. Mais difícil ainda explicar ao cidadão comum que, de alguma forma, parte deste dinheiro que se esvai pelo ralo, poderia atender-lhe em áreas cruciais como segurança, saúde, educação e transporte. Ninguém consegue entender como o Estado se endividou a uma taxa de IGP-DI mais 7,5% de juros, quando vários entes da Federação, no mesmo paco-

te embalado por Fernando Henrique Cardoso, ficou no patamar de IGP-DI mais 6% de juros. São Paulo e Rio se enquadram neste último quadro. Essa diferença de 1,5% de juros, observou Maria Aparecida Meloni, já seria suficiente para um mundo em novos investimentos no Estado. Ela abomina a procedência do juros sobre juros, o que faz da dívida de Minas, hoje na faixa de R\$ 57 bilhões, portanto, impagável, uma bola de neve a descer a ladeira do Tobogã. Mu-

dança de indicadores, auditoria do montante, redução dos juros e deságio são algumas das soluções apontadas pelos especialistas.

## Potência

A Localiza Rent a Car fechou parceria com a empresa chilena Euro Rent a Car, que passa a operar com a marca Localiza. A maior rede de aluguel de carros da América Latina se apresenta em cinco cidades chilenas

(Santiago, Calama, Copiapo, Serena e Antofagasta). A franqueada tem expectativa de incremento ao redor de 40% na frota atual. A Localiza está presente em todos os estados do Brasil e em oito países da América Latina, com mais de 100 mil carros.

## Alalaôôôô

Blocos caricatos, desfiles em carros antigos e batalhas de confetes e serpentinas revivem hoje, na

Praça da Liberdade, os bons tempos do Carnaval na capital mineira. Mais de 40 blocos da cidade desfilarão em carros antigos das décadas de 30, 40 e 50. Rei Momo, pierrôs, colombinas e bandas tocarão as novas e tradicionais marchinhas.

## Oh, dúvida!

Qual será o custo da Copa do Mundo de Futebol, em 2014? Onde obter esta informação de maneira transparente? Qual será o preço final da reforma do estádio Independência, em BH, inicialmente orçada em R\$ 50 milhões? Por que o quilo do jiló está mais caro do que o da maçã? Segundo Raul Seixas “às vezes você me pergunta, perguntas não vão lhe mostrar...”

## Racionalismo

De um abalizado conhecedor de pesquisa eleitoral: “Pesquisas servem para militantes e financiadores. Ela influencia pouco ao eleitorado”.

## Tá na moda

O projeto de lei 1907/11, do vereador Leonardo Mattos (PV), que amplia o caráter comercial do

Bairro do Prado, em BH, focado em confecções e produções têxteis, foi aprovado em segundo turno pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal. A lei de uso e ocupação do solo será alterada para a criação de uma Área de Diretrizes Especiais (ADE) no sentido de viabilizar maior espaço para o polo da moda na região. O equilíbrio entre as residências, o comércio e a indústria será tão desafiante quanto balancear razão e emoção, mas a cidade cresce na busca de sua sustentabilidade.

## Rédea curta

O presidente regional do PTB, deputado Dilzon Melo, bate e assopra. Ele garante que seu correligionário, deputado federal Eros Biondini, não será candidato a prefeito em BH, como o próprio alardeou aos quatro cantos. O petebista disse que o colega nunca tratou do assunto dentro da legenda, o fórum determinante para este tipo de decisão, e que ninguém é candidato de si mesmo. Por outro lado, Melo reconheceu que Biondini trabalha como doido no interior do Estado, com a promoção de incontáveis reuniões com militantes.